

Transexualidade e esporte: o caso Tiffany Abreu em “jogo”

Transsexuality and sport: the Tiffany Abreu affair in "game"

■ Vagner Matias do Prado e Alessandra Lo Gullo A. Nogueira

Resumo

O presente texto pretende problematizar algumas normalizações de gênero no cenário esportivo de rendimento. Metodologicamente, optou-se pelo exercício ensaístico por conta das poucas publicações sobre transexualidade e esportes no Brasil. Os insights para as problematizações apresentadas foram disparados pelas tentativas de discussão sobre a participação da atleta Tiffany Abreu na Superliga Feminina de Voleibol, com foco em algumas declarações divulgadas pela imprensa esportiva em 2018. Verifica-se que a tímida produção de conhecimentos acerca de atletas transexuais no esporte performance não aciona evidências para que uma “saída” para o caso possa ser ensaiada.

Palavras-chave:

Transexualidade; Educação Física; Esporte; Transfobia.

Abstract

The present text aims to problematize some gender normalizations in sports performance. Methodologically, we opted for the essay exercise because of the few publications on transsexuality and sports in Brazil. The insights for the problematizations presented were triggered by attempts to discuss of the participation of athlete Tiffany Abreu in the Women's Volleyball Superliga, focusing on some propagations statements by the sports media in 2018. It is found that the timid production of knowledge about transsexual athletes in sport performance does not have evidence so that an "exit" into the case can be rehearsed.

Key-words

Transsexuality; Physical Education; Sport; Transphobia.

Introdução

O cenário do voleibol brasileiro foi marcado, desde dezembro de 2017, com a chegada da ponteira/oposta Tiffany Abreu no cenário do voleibol de alto rendimento. A primeira mulher transexual a participar da Superliga em contexto nacional. As polêmicas surgiram assim que a atleta fez seu primeiro jogo. As redes sociais foram tomadas por opiniões favoráveis e contrárias a sua participação na competição, inclusive por atletas, ex-atletas e membros de comissões técnicas.

Ao tomar como ponto de partida algumas dessas discussões, o objetivo deste ensaio é problematizar as normalizações de gênero no cenário esportivo, com ênfase nos (des)conhecimentos acerca da transexualidade. Metodologicamente, optamos pela escrita ensaística devido a timidez na produção acadêmica sobre transexualidade e esportes no Brasil e pelo procedimento possibilitar “maior liberdade por parte do autor, no sentido de defender determinada posição sem que tenha que se apoiar no rigoroso e objetivo aparato de documentação empírica e bibliográfica” (SEVERINO, 1976, p. 153).

Como ponto de partida levamos em consideração reportagens sobre o caso divulgadas no site *globoesporte.com* devido ao grande número de acesso desta mídia, o que a configura como um dos principais sites esportivos consumidos pelo público brasileiro. Uma segunda fonte para consulta se constituiu na carta aberta assinada pela ex-atleta Ana Paula Henkel e publicada no site *estadão.com*.

Em um primeiro momento explicitamos uma breve revisão de literatura devido a escassez de fontes científicas sobre a temática na área da Educação Física e esportes no Brasil. Posteriormente, problematizamos algumas relações entre esporte e sexualidades. Por fim, apresentamos nossas considerações “parciais” sobre o tema.

O que (não) diz a produção científica sobre transexualidades e esporte de rendimento no Brasil?

As discussões sobre transexualidades e esportes ainda gera intensos debates devido a pouca produção acadêmica sobre o tema. A inclusão de atletas trans no cenário esportivo, sem precisar de autorização prévia de comitês ou pedir liberação para participação, tem como marco o *V Gay Games* de Nova Iorque em 1994, evento cultural e esportivo organizado apenas para comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), competição específica para atletas não heterossexuais. Segundo Camargo (2008, p. 1131), “a versão ocorrida de Nova Iorque colocou-se como pioneira na inclusão daqueles [atletas trans] e na estruturação das regras e dos procedimentos que facilitaram suas participações”.

Em relação aos Jogos Olímpicos, as discussões sobre o tema se deram apenas depois da autorização do Comitê Olímpico Internacional (COI), após a elaboração de diretrizes estruturadas no ano de 2015. Em 2016, durante a abertura da edição dos jogos sediados na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a Top Model Lea T, profissional transexual, se manifestou em relação as diretrizes do Comitê Olímpico Internacional (COI) a liberar a participação de atletas trans, mesmo sem a realização de cirurgias de redesignação sexual.

Eu, como qualquer outra transexual, levanto uma bandeira. Falo da transexualidade porque faz parte da minha história, mas sou apenas mais uma integrante desta comunidade, sou mais uma. Sei que sou privilegiada por ter a mídia que me ouve, mas cada transexual em sua luta cotidiana tem igual importância para os LGBTs (BBC BRAIL, 2016).

No que se refere ao percurso histórico da participação de atletas transexuais no cenário esportivo de alto rendimento, Renée Richards foi uma das primeiras representantes cuja modalidade competitiva se configurou na disputa de jogos de tênis de campo individual, isso na década de 1970.

Renée Richards se tornou, oficialmente, a “primeira transexual na história da modalidade”. Ou assim foi registrado pela história oficial do esporte! Em que pese essa “classificação” ser importante para identificar a alteridade e outras identidades sexuais e de gênero no campo esportivo, Richards preferia que ela fosse considerada “uma mulher como outra qualquer” (CAMARGO, 2018, p. 1) (destaque do autor).

Segundo Anjos e Goellner (2017) a representatividade de Richards gerou controvérsias em relação a sua atuação em campo contra mulheres cis. Todavia, segundo as autoras, visibilizou a temática da presença de atletas transexuais nos espaços esportivos, marcando a história da necessidade de tais discussões.

No ano de 2016, na Itália, o cenário do voleibol também foi alterado com a libero Alessia Ameri, de 30 anos. A primeira “trans” a jogar em uma partida oficial de vôlei do campeonato italiano, atleta da equipe *Hermae Entu* da série A2. Em entrevista Sartri, presidente da equipe, declarou Froes (2018, p. 1) “que a decisão do clube foi corajosa frente ao preconceito, mas baseada nas habilidades da atleta.”

Outros “campos” esportivos também visibilizaram atletas transexuais. Fallon Fox, atleta no cenário das lutas, contribuiu com mais uma (R)existência:

[...] Insatisfeita com seu corpo desde a infância, Fallon iniciou o processo de resignificação sexual em 2003, realizando sua primeira cirurgia em 2006 no Hospital Nacional de Bangkok, e a última em 2011, quando “feminizou” a face, corrigindo os ossos da testa, a linha da mandíbula e a calvície. Sua inserção nas lutas se deu em meio a esse processo, e desde 2008 participou de competições de *wrestling*, *jiu-jitsu* e *muay thai*. Em junho de 2011, estreou no octógono e, em maio de 2012, disputou sua primeira luta profissional, contabilizando três vitórias consecutivas (GRESPLAN; GOELLNER, 2014, p. 1267-1268).

Fallon somou reações diversas sobre sua participação como atleta do *Mixed Martial arts* (MMA). No ano de 2013 Fox fez sua primeira luta e marcou o cenário do *Ultimate Fighting Championship* (UFC). Sua legitimidade no esporte foi questionada e, segundo Gresplan e Goellner (2014, p. 1268), a “participação oficial de Fallon Fox no MMA desencadeou discussões relacionadas à legitimidade de sua presença nesse esporte”.

Todavia, mesmo com a presença de atletas transexuais nas diferentes modalidades esportivas e competições, percebe-se que as discussões acadêmicas na área de esporte de rendimento parecem ocultar a presença desses corpos. Quando algum debate surge, em muito, questiona-se a legitimidade

de atletas trans em competições de alto nível. Para Serrano (2017), a transexualidade tem sido abordada sobre duas óticas, das Ciências da Saúde/Biológicas e das Ciências Sociais:

Para a primeira, os [as] transexuais são vistos [as] como pessoas acometidas pela disforia de gênero (DG), ou seja, não apresentam conformidade entre sexo biológico (de base cromossômica/genital) e gênero (ARÁN, 2006; CASTEL, 2001). Para a segunda, a transexualidade surge como uma questão identitária. (SERRANO; CAMINHA; GOMES, 2017, p. 1120) (inferências nossas).

Ao assumirmos os posicionamento das Ciências Humanas destacamos que, para além de uma questão identitária, as questões de gênero, dentre elas os debates sobre transexualidades, desvelam as diretrizes arbitrárias, fóbicas e violentas que tendem a atingir todas e todos que não se adequa (ou não querem se adequar) às normas sociais fabricadas para controlar os corpos, seus usos e prazeres. Como uma instituição social, o contexto esportivo de rendimento reproduz tais falácias, mesmo sem qualquer respaldo ou evidência científica, atingindo atletas que “ousam” demonstrar um corpo pode mais do que o previamente determinado.

Todavia, as/os transgressores acionam normas violentas em uma tentativa insana de “reordenação”. Assim como Tiffany que sofreu com as declarações de algumas atletas e ex-atletas a respeito de sua legitimidade no que se refere às possíveis vantagens que um corpo “trans” somaria em competições a partir de especulações sobre o nível de força física e desempenho dentro de quadra. Porém, alguns estudos nos apresentam evidências de que tais defesas não são comprováveis pela ciência:

[...] a mulher transexual é uma mulher que, no processo de ressignificação, ingere bloqueio de hormônios (testosterona), ou seja, ela tem menos testosterona em seu organismo do que as suas concorrentes, demandando maior treinamento para manter a massa muscular e a força do que uma atleta mulher nascida fêmea. [...] (GRESPLAN; GOELLNER, 2014, p. 1268).

Nesse sentido, podemos inferir que se tais argumentos não apresentam legitimidade científica, o fato de serem reiterados apenas demonstra a transfobia presente no cenário esportivo. As consequências as transfobia são inúmeras, dentre elas, De Jesus (2014) afirma que:

No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de **direitos fundamentais** (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), **exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido à educação, ao mercado de trabalho qualificado** e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada “transfobia”. (DE JESUS, 2014, p.105-106) (grifos nossos).

A questão “trans” no esporte de rendimento brasileiro ainda se mostra recente, evidenciando lacunas no processo de produção de conhecimento na área da Educação Física e Esportes. Para a elaboração do presente texto, quando do processo de revisão sistemática de literatura em bases de dados nacionais de acesso livre tais como, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico, poucos estudos foram encontrados. Sugerimos que a escassez de conhecimentos também

se configura com uma estratégia transfóbica para que nossa representação sobre esportes ainda seja balizada pelas dicotomias e desigualdades produzidas pelas relações assimétricas de gênero. Baseado em Taise Maurice Nunes e Maria do Carmo Saraiva, Serrano, Caminha e Gomes (2017) esclarecem que:

(...) a Educação Física ainda não consolidou seus estudos dentro das temáticas de gênero, apesar da sua necessidade de dialogar com todos os segmentos sociais e da importância que esses estudos vêm assumindo no meio acadêmico. Reforçando esse argumento, enquanto pesquisadores da área de gênero já tocaram na questão da participação de transexuais em Olimpíadas, estudos na área da Educação Física ainda são escassos (SERRANO; CAMINHA; GOMES, 2017, p. 1121).

Todavia, cabe ressaltar que pesquisadoras e pesquisadores da área da Educação Física resistem frente a esse cenário ao produzirem pesquisas e ensaios teóricos sobre as relações de gênero e sexualidades que se materializam em seus diferentes campos de atuação. Silvana Goellner, Helena Altmann, Ludmila Mourão, Maria Simone Schwengber, Fabiano Devid e Sebastião Votre são algumas referências no tema. Mais recentemente, Priscilla Dornelles, Ileana Wenez, Leandro Brito e Vagner Prado somam esforços para tais discussões (DORNELLES; WENETZ; SCHWENGBER, 2017). Alguns pesquisadores, como Wagner Camargo, contribuem com os debates ao aproximar estudos antropológicos sobre os esportes, da Educação Física.

As evidências postas e a interlocução com os poucos trabalhos sobre a temática aqui apresentados justificam a relevância deste texto. Longe da pretensão de esgotar a discussão ou apresentar uma “conclusão” sobre o debate, o trabalho intenciona contribuir para fomentar mais discussões sobre transexualidades e esporte no cenário da Educação Física brasileira.

Ensaio de problematizações

O Comitê Olímpico Internacional (COI) consente com a participação de mulheres transexuais em competições desde que as atletas atendam aos requisitos exigidos nas diretrizes de novembro de 2015. Segundo o documento

[...] 2.1. O atleta declarou que sua identidade de gênero é feminina. A declaração não pode ser alterada, para fins esportivos, por um período mínimo de quatro anos. 2.2 O atleta deve demonstrar que seu nível total de testosterona no soro está abaixo de 10 nmol / L por pelo menos 12 meses antes de sua primeira competição (com a exigência de que um período mais longo seja baseado em uma avaliação caso a caso confidencial, considerando se 12 meses é um período de tempo suficiente para minimizar qualquer vantagem na competição das mulheres) (COI, 2015, p. 2) (tradução nossa)¹.

¹ 2.1. The athlete has declared that her gender identity is female. The declaration cannot be changed, for sporting purposes, for a minimum of four years.

2.2. The athlete must demonstrate that her total testosterone level in serum has been below 10 nmol/L for at least 12 months prior to her first competition (with the requirement for any longer period to be based on a confidential case-by-case evaluation, considering whether or not 12 months is a sufficient length of time to minimize any advantage in women's competition).

Visto Tiffany cumprir todos os requisitos exigidos pelo COI, no início de 2017, a jogadora foi liberada pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB) para atuar no vôlei feminino. No dia 10 de dezembro Tiffany entra em quadra pelo time Vôlei Bauru, em partida válida pela “elite nacional”.

A presença de uma atleta “trans” nas quadras logo acionou uma série de especulações sobre a legitimidade (ou não) de sua atuação junto a mulheres cis². Discursos comparativos com outras atletas foram veiculados nas redes sociais e mídia esportiva, levando em consideração a média de pontos efetivados por Tiffany por partida. A fisiologia da atleta (que, mesmo com a cirurgia de redesignação sexual era apresentada pela mídia como um “homem”, jogando com mulheres), se tornou o “carro chefe” para a exposição de uma vida.

Atletas e ex-atletas, como Ana Paula Henkel, medalhista olímpica de 1996 que disputou 4 olimpíadas com a camisa da seleção brasileira, se posicionaram sobre o caso. A carta aberta divulgada pela ex-atleta demonstra sua insatisfação sobre a presença de Tiffany em quadra:

(...) O combate ao preconceito contra transexuais e homossexuais é uma discussão justa e pertinente. A inclusão de pessoas transexuais na sociedade deve ser respeitada, mas essa **apressada e irrefletida decisão de incluir biologicamente homens**, nascidos e construídos com testosterona, com altura, força e capacidade aeróbica de homens, **sai da esfera da tolerância e constringe, humilha e exclui mulheres**. [...] (ESTADÃO, 2018) (grifos nossos).

A narrativa pública de Ana Paula abre espaços para problematizações. Quando a ex-atleta refere-se à decisão “apressada e irrefletida” dos órgãos competentes, deixa transparecer certa ignorância em perceber que as discussões de gênero se constituíram como pautas sociais em diversos espaços. A Educação e Saúde, por exemplo, já travaram inúmeras discussões que culminaram para o reconhecimento do nome social e atendimento “humanizado” nos serviços públicos. O esporte seria uma instituição “além” do social?

Em 1997, o Conselho Federal de Medicina (CFM), através da Resolução 1482/97, aprovou a realização de cirurgia de transgenitalização nos hospitais públicos universitários do Brasil. Esta resolução considera que tal cirurgia tem como motivo essencial uma “intenção de beneficência”, baseada em dois princípios: o primeiro deles terapêutico, ou seja, “a busca da integração entre o corpo e a identidade sexual psíquica do interessado”; e o segundo refere-se aos princípios de **autonomia e justiça** (ARÁN; MURTA, 2008, p. 70) (destaques das autoras) (grifos nossos).

Temas que, anteriormente ao ano de 2018, já encontravam-se em discussão em diversas áreas, passa, no esporte, a ser tratado como algo “irrefletido” (sic). Talvez pela ausência de produções com bases científicas/evidências, humanas ou de direitos pela área da Educação Física e esportes, pois, a noção de “incluir biologicamente homens” (sic) em competições parece se distanciar de sérias pautas

² Utilizaremos os termos “mulheres cis” para nos referirmos às sujeitas que, ao nascerem, foram (pela arbitrariedade do discurso médico) designadas como “mulheres” a partir de uma marca morfológica (genital). “Mulheres trans” será grafado com a intenção de marcar, politicamente, que nem t(a)das As corpos biomarcados desenvolvem suas vidas como, arbitrariamente, previsto.

acadêmicas sobre a própria noção do que significa “ser” homem ou mulher na atualidade. Mulheres cis no contexto esportivo, de um modo generalista, apresentariam as mesmas composições biofisiológicas entre si? Caso a fisiologia se constitua como discurso de verdade, não seria apropriado pensar em categorizações esportivas por níveis hormonais e não de gêneros? (CAMARGO; KESSLER, 2017).

Talvez por essa divisão binária de gêneros, pessoas intersexuais sofram marcações sociais que as excluem das possibilidades sociais (inclusive, em muitos casos, subjetivas). Corpos “inter” rompem com as noções convencionais sobre a ideia de “macho” e “fêmea”, todavia, (R)existem, nos “convidando” a falar sobre incluí-las nos diferentes espaços sociais, dentre eles, os esportes.

A transexualidade é tema de debates no meio acadêmico desde 1952 (ARÁN; MURTA, 2008). No Brasil, há 21 anos, o assunto é abordado, todavia, ainda parece causar “pânico” devido ao “embaralhamento” de antigas “certezas” a respeito de questões afetas ao gênero, vide o caso de Tiffany no voleibol.

Quarenta e oito anos após a representatividade da tenista Renée Richards, a presença da transexualidade ainda parece despertar em Ana Paula a ideia de que tal “situação” seria “irrefletida”, desconsiderando a história dos esportes. Talvez, para a ex-atleta, o fato de a transexualidade promover a desconstrução da garantia de uma “naturalidade” aos corpos parece produzir o medo da “perda” do próprio gênero ou de sua significação como “mulher”. Nesse sentido, seria pertinente, como nos aponta Bento (2017), pensar os corpos como produtos da cultura:

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de (re) produção sexual. Neste processo, certos códigos naturalizam-se, outros, são ofuscados e/ou sistematicamente eliminados, posto às margens do humanamente aceitável, como acontece com as pessoas transexuais (BENTO, 2017, p. 24).

Embora nossos corpos tragam as marcas da cultura, poucos são os códigos corporais valorizados e compreendidos como “normais” em nosso contexto. Tudo que afaste um corpo da ótica da dicotomização sexual e reprodução parece causar espantos. No que se refere às questões transexuais, tais normativas produzem o rechaço, aversão e não reconhecimento social e jurídico de alguns sujeitos, submetendo-as/os a inúmeros ataques transfóbicos como, por exemplo, as narrativas de aversão socializadas pela mídia esportiva que constituem nossas análises.

Henkel ainda argumenta que a questão de gênero disparada pela presença de Tiffany em quadra “sai da esfera da tolerância e constrange, humilha e exclui mulheres” (sic). O que caberia indagar é: quais são os referentes que produzem a noção de “ser mulher” para Ana Paula? Seria a garantia de uma formação biológica pautada na diferenciação sexual? A capacidade de reprodução da espécie?

A campeã olímpica Tandara Caixeta, oposta do time Nestlé/Osasco, também se posicionou sobre o caso. Tal posicionamento se deu após sua média de pontos ser superada por Tiffany na Superliga feminina.

Fu respeito a história dela, para a sociedade é muito importante, dar a cara para bater, é uma pessoa que eu respeito muito. É um assunto delicado. Eu estava segurando para falar sobre isso porque estava esperando nosso confronto. **Estudei, falei com muita gente sobre o assunto, tive um respaldo e eu não concordo com ela jogar no vôlei feminino** (GLOBO ESPORTE, 2018) (grifos nossos).

Para além da competitividade e das comparações efetivadas entre as marcas e performances obtidas entre as atletas, o que seria até compreensível no cenário competitivo de alto rendimento, a fala da atleta apresenta muitos elementos que poderiam insinuar a transfobia que ronda os esportes. Ao demonstrar sua indignação por ter sido superada, parece querer justificar que tal fato só poderia ter sido obtida por homens (e não por outras atletas cis mulheres), demonstrando assim sua “superioridade” em quadra. Outro questionamento pertinente seria o tipo de “estudo” realizado por ela para construir seu posicionamento sobre Tiffany, uma vez que, como apontado no presente ensaio, poucos são as evidências científicas para que possamos afirmar que uma atleta trans apresentaria vantagem devido ao índice de testosterona produzida por seu corpo, mesmo após cirurgia e controle de supressão hormonal.

Segundo Harper (2015), uma das poucas pesquisadoras que investiga o impacto do processo de controle hormonal na performance de trans mulheres atletas, não há evidências que possam garantir uma generalização de que tais corpos ganhariam vantagens no contexto esportivo. Em um estudo em que analisa a performance de oito corredoras transgêneras, evidencia que as performances das atletas forma menores quando comparadas com os tempos de corrida obtidos antes da conclusão do processo de transição e supressão hormonal. Para a autora, mesmo com tais evidências “levará muitos anos até que os entusiastas dos esportes entendam que mulheres transexuais que sofreram supressão de testosterona não irão dominar as mulheres [cis] nos Esportes”. (HARPER, 2015, p. 8) (tradução nossa)³. Nesse sentido, os receios de Ana Paula e Tandara parecem não se justificar em bases científicas.

Sheilla Castro que joga como oposta e fez seu último jogo pela equipe da Turquia *VakifBank* temporada 2015-2016, em uma entrevista para um programa da *web*, também comenta o caso:

É realmente muito polêmico esse assunto. Antes do Natal, eu dei uma entrevista sobre isso e, na época, eu estava meio por fora. Conversei com a Fabiana sobre isso, e ela disse: “Espera para ver ela jogar”. Depois que vi uma entrevista do médico Paulo Zogaib, mudei de opinião. Hoje sou contra. Ela tem a força de um homem. Eu a Fabiana estávamos falando sobre isso outro dia. Imagina se isso vira uma onda, por que não precisa mais de cirurgia. Imagina se todos os gays e v(...) decidem jogar a Superliga? Vai ficar complicado, porque não temos como competir com eles (GLOBO ESPORTE, 2018).

O depoimento de Sheilla gerou uma repercussão negativa, fato que motivou a atleta, horas depois da entrevista e por meio das redes sociais, justificar seu comentário. O coordenador da Comissão Nacional de Médicos do Voleibol (CONAMEV) João Granjeiro também se posicionou, sendo o responsável pela liberação de Tiffany.

Ela está liberada para jogar porque está dentro da regra. A regra existe e a obedecemos. Mas esse é **um assunto que ainda se discute no meio esportivo**. Não está esgotado. Atletas deveriam se manifestar também porque esse é o caminho, o do debate. Não é questão de ser

³ It will take many more years before the average sports enthusiast understands that transgender women who have undergone testosterone suppression will not dominate women’s sports.

homofóbico ou politicamente incorreto. É **um assunto necessário**. (O GLOBO, 2017)(grifos nossos).

Granjeiro afirma ainda que a cada dois meses será requisitado exames laboratoriais, a fim de confirmar os níveis de testosteronas da atleta. A fala de Granjeiro confirma que mesmo a questão trans sendo abordada pelas áreas Médicas/Biológicas e das Ciências Sociais, no meio esportivo se apresenta nova. São poucos os estudos publicados, demonstrando que é um assunto necessário e que precisa ser estudado, debatido para que possamos produzir conhecimentos para melhor integrar atletas trans no cenário competitivo de rendimento.

Embora os fragmentos até aqui apresentados deixem claro a posição das atletas e ex-atletas em não concordarem com a participação de Tiffany na Superliga, não podemos dizer que há um consenso sobre o caso. Contrapondo as colegas de seleção, a libero bicampeã olímpica Fabi Alvim (SESC-Rio) também se posicionou depois de uma partida de seu time, após confronto com o Vôlei Bauru:

Para mim, não achei nada de anormal. Na minha visão ela faz diferença para o time delas, como a Gabi faz para a gente. É uma jogadora que tem a força do nível da Tandara, de jogadoras mundiais. **Em muitos momentos conseguimos neutralizá-la**. Não vejo problema nenhum [na presença dela]", afirmou ao Globo Esporte (NOTÍCIAS AO MINUTO, 2018a) (grifos nossos).

A fala de Fabi se destaca por ser favorável a participação de Tiffany e aponta que não há diferença entre ela (Tiffany) e outras atletas, sendo possível “neutralizar” suas jogadas, assim como a de outras atletas cis. A também bicampeã olímpica Thaisa Daher, meio de rede da equipe Hinode Barueri, também argumenta que:

"Ela é tão forte quanto a Tandara. As duas têm grande pontuação alta porque recebem **80% das bolas do time**. Não podemos focar apenas no número de pontos que elas fazem, mas também no número de bolas que recebem. Sou amiga dela, conversamos muito e temos uma amizade absurda. A Tiffany é uma pessoa muito doce, que quero muito o bem e que esteja do meu lado. Sempre darei força para que ela seja feliz, porque merece muito", disse ao Globo Esporte (NOTÍCIAS AO MINUTO, 2018b) (grifos nossos).

Na fala de Thaisa destacamos a comparação de força feita entre as atletas Tiffany e Tandara, além da análise do porquê Tiffany se apresenta com uma jogadora com pontuação alta. Ou seja, sua alta performance estaria relacionada a sua transexualidade ou as dinâmicas relacionadas a posição que ocupa na dinâmica do jogo? Nossos argumentos defendem que debates referentes às transexualidades no esporte de alto rendimento precisam ser melhor desenvolvidos e referenciados. Caso contrário, como é o que aparece dominar, tais discussões passam a ser direcionadas por achismos, senso comum e juízo de valores que, de uma forma clara, defendem a norma heterossocial que estrutura nossas relações.

Dessa forma podemos questionar a legalidade das “acusações” contra a participação de Tiffany e tantas outras atletas trans, como a Italiana Alessia ou a lutadora Fallon Fox, no cenário esportivo de rendimento. Nos fragmentos narrativos apresentados percebe-se que as falas contrárias a atuação de Tiffany se pautam, prioritariamente, em argumentações fisiológicas/hormonais, as quais ainda não

sabemos se são justificáveis para se contraporem às diretrizes publicadas pelo COI; os resultados dos poucos estudos apresentados, bem como do rígido controle do nível de testosterona das atletas trans por meio de testagens, por vezes em número maior do que as realizadas em atletas cis mulheres.

Outro fato a ser destacado é que os debates parecem ocultar a existência de variabilidade biofisiológica entre as próprias atletas cis. Ou seja, no que se refere a suas dimensões biológicas seriam todas iguais? Não possuiriam estatura, peso, capacidade de produção hormonal também distintas? Isso causaria vantagens entre elas? Também não apresentariam variabilidade biofisiológica para a produção de testosterona?

Dessa forma, as discussões sobre a aceitação ou não de Tiffany em quadra realmente se pautariam em evidências ou o real argumento se encontraria velado nas discussões? No que se refere as informações apresentadas neste ensaio, defendemos que a transfobia nos esportes deveria ser melhor debatida!

(In)conclusão

O trabalho ora apresentado, no formato de ensaio, se propôs a problematizar as relações entre transexualidade e esporte de rendimento. Para isso, apresentamos trechos de narrativas que circularam na mídia esportiva sobre a presença da atleta Tiffany Abreu na Superliga feminino de Voleibol.

Ao analisarmos os discursos das atletas, ex-atleta e membros da equipe médica, percebemos que muitas narrativas são produzidas mais a partir de especulações, medos e transfobia do que baseadas em evidências que atestariam as vantagens (ou não) produzidas pelo corpo “trans” em nível esportivo de alto rendimento. Destacamos ainda os poucos estudos científicos sobre o tema e o silêncio da área da Educação Física e Esportes no Brasil sobre relações de gênero, sexualidade e práticas esportivas performáticas.

Poríamos pensar que se a discussão sobre a presença de atletas “trans” nos esportes perpassa questões fisiológicas sobre a quantidade de testosterona produzida por um corpo, talvez pudéssemos adequar os/as/xs atletas em categorias ancoradas por esse critério, sem a distinção de gênero, uma vez que as próprias cis mulheres possuem uma variação biológica no que se refere a produção do “temível” hormônio que garantiria superioridade em quadra.

Diante do exposto, vimos que a transexualidade no esporte de rendimento se apresenta como tema recente para os brasileiros, carecendo mais de estudos. A área da Educação Física, como já citado, não consolidou seus estudos acerca da temática, o que seria de fundamental importância, tendo em vista que é uma das áreas na qual seus/suas profissionais serão fundamentais para debater e desmistificar a forma como se trata a transexualidade nos diferentes espaços sociais, dentre eles no contexto dos esportes de alto rendimento.

Talvez seja preciso questionar a velha falácia do “esporte enquanto sinônimo de inclusão” caso o reconhecimento de todas as estéticas de existência não possa se expressar por meio das diferentes

práticas corporais. Nesse sentido, cabe um convite aos pesquisadores e pesquisadoras, comprometidos com o desenvolvimento do fenômeno esportivo em nível nacional, em estabelecer debates adequados para que possamos construir uma opinião a respeito desse transgressivo, mas, não conclusivo, “jogo”.

Referências

- ANJOS, Luiza Aguiar dos; GOELLNER, Silva Vilodre. Esporte e transgeneridade: corpos, gêneros e sexualidades plurais. In: DORNELLES, Priscila Gomes; WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione (Orgs.). *Educação Física e sexualidade: desafios educacionais*. Ijuí: Unijuí, 2017, p. 51-72.
- ARÁN, Márcia; Z Aidhaft, Sérgio; MURTA, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n1/a08v20n1.pdf>>. Acesso em: 25 mai. de 2018.
- BBC BRASIL. Lea T, a transexual que vai fazer história na abertura da Olimpíada. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36912561>>. Acesso em: 27 mai. de 2018.
- BELLAS ROMARIZ, Sandra; VOTRE, Sebastião Josué; MOURÃO, Ludmila. Representações de gênero no voleibol brasileiro: a imagem do teto de vidro. *Movimento*, v. 18, n. 4, 2012. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Representa%C3%A7%C3%B5es+de+g%C3%AAnero+no+voleibol+brasileiro%3A+a+imagem+do+teto+de+vidro&btnG>. Acesso em: 25 mai. de 2018.
- BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. Brasiliense, 2017.
- BOTTA, Emilio. Estreia de Tiffany, 2017. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/em-dia-historico-tiffany-estreia-e-sao-caetano-bate-volei-bauru-pela-superliga.ghtml>>. Acesso em: 21 mai. de 2018.
- CAMARGO, Wagner Xavier de. Sexualidades, esportes e Teoria Queer: inter-relações. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 1130-1133, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/32.pdf>>. Acesso em: 25 de mai. de 2018.
- _____. Sexualidades, esportes e Teoria Queer: inter-relações. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 1130-1133, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/32.pdf>>. Acesso: 21 mai. 2018
- _____. O tênis na trajetória de Renée Richards. Disponível em: <<http://www.ludopedio.com.br/arquivancada/o-tenis-na-trajetoria-de-renee-richards/>>. Acesso em: 25 mai. de 2018.
- _____; KESSLER, Cláudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 191-225, jan./abr. 2017.
- COSTA, Guilherme. Respeito mas não concordo com ela no feminino diz Tandara sobre Tiffany. 2018 Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/respeito-mas-nao-concordo-com-ela-no-feminino-diz-tandara-sobre-tiffany.ghtml>>. Acesso em: 21 mai. de 2018
- DE JESUS, Jaqueline Gomes. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Ágora*, 2014. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=transfobia&btnG>. Acesso: 25 mai. de 2018

- DE SOUZA FERREIRA, José Arnaldo et al. Síndrome dos ovários policísticos: uma visão atual. *Femina*, v. 36, n. 8, 2008. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&q=testosterona+aumentada+em+mulheres&btnG>. Acesso em: 25 mai. de 2018
- DORNELLES, Priscila Gomes; WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione (Orgs.). *Educação Física e sexualidade: desafios educacionais*. Ijuí: Unijuí, 2017.
- ESTADÃO. Carta Aberta ao Comitê Olímpico Internacional. 2018. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/ana-paula-henkel/carta-aberta-ao-comite-olimpico-internacional/>>. Acesso em: 21 mai. de 2018.
- FONSECA, João Pedro; KNOPLICH, Carol. Médicos que liberaram Tiffany acham que ela não deveria atuar no feminino. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/medicos-que-liberaram-tiffany-acham-que-ela-nao-deveria-atuar-no-feminino-22230250>>. Acesso em: 21 mai. de 2018.
- FROES, Daniel. Atleta transgênero entra em time de vôlei feminino na Itália, 2018. Disponível em: <razoesparaacreditar.com/superacao/atleta-transgenero-entra-em-time-de-volei-feminino-na-italia/>. Acesso em: 21 de mar. 2018.
- GLOBO ESPORTE. Shiella gera mal estar após comentário sobre Tiffany. 2018. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/sheilla-gera-mal-estar-apos-comentario-sobre-tiffany-imagina-se-vira-onda.ghtml>>. Acesso em: 21 mai. de 2018.
- HARPER, Joanna. Race Times for Transgender Athletes. *Journal of Sporting Cultures and Identities*, Champaign, v.6, issue, 1, p. 1-9, 2015.
- IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism November 2015, 2015. Disponível em: <www.olympic.org>. Acesso em: 21 mai. de 2018.
- LISBOA GRESPAN, Carla; VILODRE GOELLNER, Silvana. Fallon fox: um corpo queer no octógono. *Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 4, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1153/115332898002/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.
- NOTÍCIAS AO MINUTO. Fabi diz que presença de Tiffany não é nada de anormal. 2018. Disponível em: <<https://www.noticiasaoiminuto.com.br/esporte/520788/fabi-diz-que-presenca-de-tiffany-nao-e-nada-de-anormal>>. Acesso em: 25 de mai. de 2018a.
- _____. Thaisa defende Tiffany na superliga. 2018. Disponível em: Disponível em: <<https://www.noticiasaoiminuto.com.br/esporte/532099/thaisa-defende-tiffany-na-superliga-tem-que-ver-o-lado-humano>>. Acesso em 25 de mai. de 2018b.
- PUFF, Jeferson. Lea T a transexual que vai fazer historia na abertura das olimpíadas. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/07/lea-t-a-transexual-que-vai-fazer-historia-na-abertura-da-olimpiada.html>>. Acesso em: 21 mai. de 2018.
- SERRANO, Jéssica Leite; DE OLIVEIRA CAMINHA, Traquitan; GOMES, Isabelle Sena. Transexualidade e educação física: uma revisão sistemática em periódicos das ciências da saúde. *Movimento*, v. 23, n. 3, p. 1119, 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1153/115352985025/>>. Acesso em: 21 mai. 2018.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico: Diretrizes para o Trabalho Didático-científico na Universidade*, 2a ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1976.

Vagner Matias do Prado é Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E Docente da Faculdade de Educação Física e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Líder do GPESP - Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividade. E-mail: vmp_ef@yahoo.com.br.

Alessandra Lo Gullo A. Nogueira é Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Uberlândia. E Discente do curso de Especialização em Educação Física Escolar da Universidade Federal de Uberlândia. Integrante do GPESP - Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividade. E-mail: alessandralogullo@hotmail.com.